

CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MICHELINE DA CRUZ COSTA SENA

**O FEMININO NO CONTEXTO FAMILIAR: UMA ANÁLISE DE
PRODUÇÃO DE DISCURSO**

JUAZEIRO DO NORTE – CEARÁ

2019

MICHELINE DA CRUZ COSTA SENA

**O FEMININO NO CONTEXTO FAMILIAR: UMA ANÁLISE DE
PRODUÇÃO DE DISCURSO**

Trabalho de Conclusão de Curso Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Ms. Moema Alves Macêdo

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2019

A INFLUÊNCIA DO FEMININO NO CONTEXTO FAMILIAR UMA ANÁLISE DE PRODUÇÃO DE DISCURSO.

Micheline da Cruz Costa Sena¹
Moema Alves Macedo²

RESUMO

Existe uma negligência histórica, social e cultural sobre a vivência de um determinado grupo de mulheres, negras e de classe econômica baixa que foram relegadas historicamente ao trabalho precário mesmo ainda crianças iniciando no período da escravidão até a atualidade. Como objetivo geral discutiremos a visão do papel feminino com foco no trabalho em contexto familiar. Como objetivos específicos: realizar uma revisão na literatura sobre a construção histórica do papel da mulher na sociedade; analisar por meio de entrevista com idosos, a visão que construíram em épocas distintas da sua vivência sobre o papel feminino na sociedade e na família e, identificar discursos que remetem ao sentido do papel feminino na contemporaneidade. Tratou-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Baseamos-nos ainda na pesquisa construcionista. Nesta proposta de estudo não há o estabelecimento de verdades, mas buscamos adotar uma postura crítica frente às questões apresentadas pelo mundo e suas mudanças. Foi realizada uma entrevista com sete idosos. A organização das informações se deu pelo método de análise do discurso, o material foi organizado a partir das seguintes categorias temáticas: (in)visibilidade social, violência, mudanças na família, mulher na atualidade. Constatamos uma invisibilidade social no papel das mulheres na visão da família e da sociedade, sugerimos mais pesquisas.

Palavras-chave: invisibilidade social, feminino, idosos, trabalho, mulher.

ABSTRACT

There is a historical, social and cultural neglect of the experience of a certain group of black, low-income women who have historically been relegated to precarious work even as children beginning in the period of slavery to the present day. As a general objective we will discuss the vision of the female role with focus on work in family context. The specific objectives: to conduct a literature review on the historical construction of the role of women in society; to analyze, through interviews with the elderly, the vision they built at different times of their experience about the feminine role in society and the family, and to identify discourses that refer to the meaning of the feminine role in contemporary times. It was a descriptive study with a qualitative approach. We are still based on constructionist research. In this study proposal there is no establishment of truths, but we seek to adopt a critical stance on the issues presented by the world and its changes. An interview was conducted with seven seniors. The information was organized by the discourse analysis method, the material was organized from the following thematic categories: (in) social visibility, violence, changes in the family, women today. We found a social invisibility in the role of women in the family and society view, and therefore we suggest further research.

Keywords: social invisibility, female, elderly, work, woman

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: michelinesena.ms@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: moema@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho proporciona um olhar da psicologia sobre o papel social da mulher ao longo da história, o quanto estas conseguiram mudar suas realidades tanto no âmbito social, cultural, político e de gênero e, sobretudo dar visibilidade às mulheres negras de classe média que sempre desempenharam múltiplos papéis, mas que não são percebidos pela literatura e sociedade. Diante disso procuramos conhecer e refletir criticamente a produção científica acerca desta construção histórica da mulher na sociedade, e que isso possa contribuir para novas pesquisas. No âmbito social esta pesquisa se justifica pelas crescentes conquistas das mulheres na contemporaneidade, que lutam pelo direito à liberdade e a não serem vistas como ser inferior aos homens, mas igual, em todos os aspectos sociais e trazer uma discussão sobre a invisibilidade social da mulher negra e pobre. Buscamos por meio desta pesquisa um crescimento profissional enquanto psicóloga que aliando teoria e prática, permita uma ampliação do conhecimento sobre o papel social da mulher e levar estes conhecimentos para a prática profissional para que esta seja embasada num olhar mais sensível, empático e assertivo sobre o sofrimento das mulheres e as ditas minorias.

Dentro do contexto da família, Jablonski (2010) afirma que o modelo de família de classe média alta dos anos 50 onde se configurava no pai trabalhar fora de casa e sem nenhuma participação na educação ou afazeres domésticos e a mulher ficava restrita exclusivamente a cuidar dos filhos e destes afazeres, ou seja, o típico modelo da família tradicional e patriarcalista. Esta configuração mudou, uma vez que hoje se encontram vários arranjos tais como ambos, pai e mãe trabalhando fora, os pais com filhos de outros casamentos, mulheres solteiras com e sem filhos, casais com ou sem filhos, casais em união estável e casais homossexuais etc, muito destas mudanças são apontadas como decorrentes da entrada da mulher no mercado de trabalho, um dos frutos das conquistas delas com a emancipação feminina, ao mesmo tempo em que é lançado pela sociedade sobre essas mulheres uma culpabilização sobre suas escolhas, como se o fato de as mulheres não quererem ter filhos ou tê-los e deixá-los aos cuidados de terceiros, porque escolheu trabalhar fora de casa fosse a causa para o colapso das famílias, produzindo assim um sentimento percebido nos discursos de algumas mães sobre essa culpa ao sair para trabalhar e não poder ficar mais em casa com os filhos. Ao iniciar essa pesquisa essa era o meu foco de estudo. Contudo, após realizar as

entrevistas percebi que os resultados, pela especificidade do público ouvido, levava a outra questão, ao entrelaçamento da negligência histórica, social e cultural sobre a vivência de um determinado grupo de mulheres, negras e de classe baixa que sempre precisaram trabalhar mesmo ainda crianças tanto fora ou cuidando da casa e dos irmãos e estas enquanto mães, sempre tiveram que trabalhar fora de casa sem que tivessem ao menos o direito de escolha entre tais papéis, pela necessidade de trabalhar para sustento da família, iniciando no período da escravidão até a atualidade.

Como objetivo geral discutiremos a visão do papel feminino no contexto familiar. Para os objetivos específicos pontuamos: realizar uma revisão na literatura sobre a construção histórica do papel da mulher na sociedade; analisar a visão que idosos construíram em épocas distintas da sua vivência sobre o papel feminino na sociedade e na família refletir sobre a invisibilidade do papel da mulher no contexto social e familiar.

Portanto iremos inicialmente trazer uma discussão sobre o conceito histórico de família, o papel da mulher nesta e a influência do patriarcalismo tanto na família quanto na sociedade, contextualizando a nossa realidade brasileira iremos também aprofundar a discussão sobre a mulher na família nordestina. Para contextualizar a temática na atualidade a faremos a partir de análise das entrevistas com idosos sobre suas visões em épocas distintas sobre essa construção social e histórica do papel da mulher na família e sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FAMÍLIA: CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E CULTURAL

A constituição familiar na atualidade ganhou novos arranjos e concepções que diferem da ideia concebida nas décadas anteriores, quando esta se refere ao contexto europeu que se caracterizava apenas a partir de um casamento monogâmico, compostos por marido, esposa e filhos. Historicamente a vida familiar está presente em praticamente todas as sociedades, o que muda é a forma de constituição de acordo com a cultura social da época e região, vemos isso ao analisarmos as mudanças constitucionais e culturais dos escritos desde a idade antiga até os dias de hoje. (LÉVI-STRAUSS, 1982; DANTAS, 2010, AZEVEDO; DUTRA, 2019),

Lévi-Strauss (1982) afirma que em estudos antropológicos, a família já existia entre os povos bárbaros (séculos IV e V) e encontramos a existência de um modelo de estrutura familiar em tribos indígenas a exemplos, do Brasil (século XVI) que eram pessoas vivendo como seminômades, mas os antropólogos conseguiram identificar que existia a diferenciação no grupo, a existência de casais, que tinham laços sentimentais e de cooperação econômica, bem como a responsabilidade pela criação dos filhos provenientes desta união monogâmica; ou no caso da África (século XV), como na organização indígena brasileira estes reconheciam a família como unidade social, mas aceitavam outros padrões relacionais diferentes, tais como os jovens guerreiros que não podiam casar e constituir família, mas eram autorizados a manter relações sexuais com mulheres adultas jovens, onde o autor afirma que neste caso a família monogâmica coexistia a outras relações aceitáveis.

Mas apesar de haver uma hegemonia histórica onde normalmente a família que aparece é o modelo europeu, fundamentado em princípios religiosos oriundo de um casamento monogâmico, constituído por marido, esposa e filhos, (DANTAS, 2010) como sendo o único modelo de família existente o que foi bastante perceptível na literatura, percebemos que na literatura que trata da construção familiar outros modelos de famílias tais como as famílias escravizadas e as nordestinas não são evidenciadas, portanto, diante desta realidade iremos contextualizar tais modelos familiares e iremos aprofundar no modelo familiar nordestino.

Entre as famílias escravizadas (século XIX) havia um arranjo familiar que envolvia esposa, marido, crianças, outros familiares e parentes por adoção, apesar das dificuldades que envolviam a questão escravista, que discutiremos mais adiante, onde todos os membros da família podiam ser separados por serem vendidos a outros donos de escravos, havia entre o casal a tentativa de manter os laços de amor e afeto e o relacionamento monogâmico. Existindo inclusive entre o casal, a tentativa de fazer do seu lar um lugar onde essas relações afetivas e familiares fossem possíveis, mesmo que minimamente, dadas as estruturas físicas, psicológicas e violentas que eram as situações desumanas do período de escravidão, e a ocorrência de haverem muitos filhos de desconhecidos resultante dos estupros que as mulheres sofriam, normalmente dos senhores brancos, não necessariamente apenas do “seu senhor”, mas que eram aceitos na família escravizada como filhos, mesmo sendo apenas da esposa. (DAVIS, 2016).

No contexto do Brasil – Colônia (séculos XVI e XIX) a família era a instituição obrigatória e necessária à vida social, quem não possuía família ou a abandonava era

mal aceito em sociedade. Era uma organização familiar latifundiária, logo vivia em fazendas, composta pelo grande senhor rural, patriarca a quem todos se submetiam, que morava na casa grande, tanto a família nuclear composta pelo patriarca, junto da esposa, os numerosos filhos e netos deste senhor, e havia o núcleo secundário, com os filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, amigos, agregados, serviçais e escravizados. Os casamentos ocorriam entre parentes com o intuito de que a heranças das terras e bens permanecessem indivisíveis sob a chefia do patriarca. (ALVES, 2009).

2.2 A INFLUÊNCIA DO PATRIARCALISMO E O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE

Para Weber (2000, p. 184 apud BARBOSA et al, 2011), o patriarcalismo é “a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas”, historicamente em algumas sociedades predominava apenas a manutenção da hierarquia familiar paterna. Segundo o autor o patriarcalismo se legitima na normatização da divisão de papéis e da autoridade do homem sobre a família e propriedade. É nesta questão da divisão de papéis e atrelado ao fator religioso onde as ideias são transferidas as gerações posteriores que o patriarcalismo ganha fundamentos dentro da família. Muitas das vezes essa divisão de papéis é concebida unicamente pela atribuição de características ditas masculinas e femininas.

Na Roma antiga (século XVIII a. C.), a família era centrada no homem, que detinha o poder sobre os escravos, vassalos, filhos e a mulher, Barbosa et al (2011) afirma que o poder não era apenas restrito à figura do pai, mas ao masculino, enquanto categoria social.

Quanto à temática da divisão dos papéis entre homem e mulher, houveram sociedades onde o modelo era matriarcal. Osório (2002 apud AZEVEDO; DUTRA, 2019), pontua que em função da vida dos povos nômades onde as mulheres eram as responsáveis pelo cultivo e cuidado dos filhos e animais enquanto aos homens cabia a garantia de outros alimentos por meio da caça, o matriarcado surge naturalmente, e cita os exemplos de cidades como Esparta e Creta (ambos no período entre 2000 a 1400 a.C.) onde as mulheres tinham direitos e liberdade de desenvolver as atividades igualmente aos homens e afirmam que é perceptível que elas eram consideradas

pertencentes ao clã e não era tratada inferior ou sujeitas ao homem. Só então após a invenção do arado, no qual o homem passa a dominar as atividades produtivas, há essa nova concepção em que a mulher passa a ser considerada uma propriedade do homem e inicia o modelo do patriarcalismo (LEITE, 1994 apud AZEVEDO; DUTRA, 2019).

Outro fator que reafirma o patriarcalismo é a interferência das ideias religiosas, a partir do século XII a igreja passa a interferir na instituição do casamento e inicia o discurso de que os cristãos deveriam seguir um único modelo matrimonial e a respeito da sexualidade feminina, tendo pregado e criado manuais de como deveriam ser as práticas sexuais dos casais cristãos, e assim a sensualidade passou a se misturar com a santidade. Conforme Miranda (1998 apud DANTAS, 2010), nos séculos XVII e XVIII, no Brasil e em Portugal, muitas mulheres foram internadas em mosteiros e teve essa estigmatização onde só eram aceitas as mulheres que eram recatadas e não cediam às paixões sexuais e, pois as que possuíam esses desejos eram excluídas socialmente e enclausuradas como punição.

É nesta questão da divisão de papéis e atrelado ao fator religioso onde as ideias são transferidas as gerações posteriores que o patriarcalismo ganha fundamentos dentro da família. Muitas das vezes essa divisão de papéis é concebida unicamente pela atribuição de características ditas masculinas e femininas, como historicamente ocorre com a questão da paternidade, nos tempos arcaicos, o pai passou a ser considerada a reencarnação familiar de Deus, o senhor das famílias e assim o pai adquire essa função de autoridade superior e inquestionável.

2.2.1 O patriarcalismo e a família escravizada

Porém entre as mulheres escravizadas a ideologia da maternidade que ficou popular no século XIX não lhes era uma possibilidade, Davis (2016) afirma que aos seus proprietários elas não ganhavam o estatuto de mãe, apenas o de reprodutora, igualmente aos animais, onde elas não tinham o direito sobre o filho, mas estes eram vendidos e separados delas quando seu senhor quisesse, a autora aponta que a lei determinava que o filho pertencesse à mãe em função da quantidade de filhos que elas concebiam dos patrões e para não terem o direito de legitimidade dos bens paternos, estes tinham apenas mãe e justifica que isto se dava porque as mulheres escravizadas não eram consideradas mulheres porque isto favorecia a desencorajar a supremacia masculina negra. Mais um aspecto do poder do patriarcalismo, uma vez que tanto

mulher, homem e filhos escravizados eram propriedade do senhor, e a família se submetia à este, a autora aponta que desta forma nem as mulheres negras era tidas como mulheres, mães e donas de casa, tão logo os homens era possíveis serem chefes de sua família.

Nesta diferenciação haviam os estupros como forma de coerção e violência, tanto para demonstrar à elas o domínio econômico dos senhores reduzindo-as a meras propriedades, quanto para desmoralizar os companheiros delas. Mesmo tendo havido na literatura tradicional sobre a escravidão uma tentativas de humanizar a relação entre o senhor feudal e a mulher escravizada afirmando que a miscigenação que decorria desta relação entre os homens brancos e as mulheres escravizadas era mais preocupante do que a questão do estupro ao afirmar que muitas das vezes elas não só aceitavam como encorajavam a exploração sexual, e justificando uma possível relação de afeição quando o homem acabava se apaixonando pela mulher escravizada e muitas das vezes transferindo-a do trabalho na lavoura pelo trabalho doméstico (GENOVESE, 1988 apud DAVIS, 2016), Davis (2016) pontua que nem nestes casos haviam espaços para prazer, afeto e amor uma vez que elas não tinham qualquer direito sobre seus corpos, sejam na condição de opressores ou de agentes de dominação, qualquer homens brancos, dono ou não de escravos tinham liberdade para as estuprar.

Igualmente a ideologia da maternidade, a ideologia da feminilidade que se popularizou entre as mulheres brancas propagado nas revistas e romances não as contemplavam, Davis (2016, p.25) afirma que

“Na propaganda vigente, ‘mulher’ se tornou sinônimo de ‘mãe’ e ‘dona de casa’, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante”.

Em decorrência disto, aos homens negros ocorria igualmente uma invisibilidade dentro da família aos olhos da sociedade, pois haviam documentos à exemplo do relatório datado dos anos 1965 em que afirmavam que entre as famílias negras existia uma sociedade matriarcal, fruto da definição dos proprietários de escravos às famílias, resultado do fato de que nos registros das crianças negras só constavam o nome da mãe da criança, a legislação usava o princípio do *partus sequitur ventrem* onde a criança herda a condição de escravizada da mãe, assim tirava o direito de herdeiro aos filhos

fruto dos relações entre a mulher escravizada e seus “proprietários”. E Davi (2016, p.26) afirma que:

De acordo com a tese do relatório, a origem da opressão era mais profunda do que a discriminação racial que produzia desemprego, habitação de má qualidade, educação inadequada e atendimento médico precário. Sua raiz era descrita como um ‘emaranhado de patologias’ que resultava da ausência de autoridade masculina entre o povo negro! O polêmico final do relatório Moynihan era um apelo à introdução dessa autoridade (no sentido de supremacia masculina, é claro!) na família negra e na comunidade como um todo.

Diante disso Davis (2016) afirma que no seio familiar negro, as relações eram diferentes das vistas pela sociedade, que apesar destas famílias escravizadas serem desfeitas pela separação dos seus membros em decorrência das vendas de escravos nos Estados Unidos da América, eles mantinham os laços amorosos e afetivos das relações familiares e o desejo de permanecerem juntos, como afirma que ambos, marido e esposa tentavam humanizar o seu lar com o mínimo de autonomia que lhes era possível apesar das condições desumanas que lhes eram fornecidas. Como observamos neste trecho de Gutman (1977 p. 28 apud DAVIS, 2016):

As escolhas cotidianas feitas por escravos e escravas – como manter o mesmo cônjuge por muitos anos, dar ou não à criança o sobrenome do pai, assumir como esposa uma mulher com filhos de pais desconhecidos, dar a criança recém-nascidas o nome do pai, uma tia ou um tio, um avô ou uma avó e dissolver um casamento incompatível – contradiziam em comportamento, e não em retórica, a poderosa ideologia que via a escrava e o escravo com uma eterna ‘criança’ ou um ‘selvagem’ amansado.

Diante desta despersonalização que as pessoas escravizadas tinham perante seus “donos” pois os denominavam de “meninos”, refletia na crença da incapacidade dos homens e mulheres negras exercerem a função de pai e mãe, haviam relatos de que como a família era matriarcal, o papel de mãe era mais importante do que o de pai, ficando este apenas com a função de ajudante, companheiro e parceiro sexual, contrariando tal ideia, Davis (2016) aponta que não havia essa divisão e tarefas no seio familiar que homens e mulheres exerciam os mesmos papéis dentro e fora de casa, sem a distinção entre função masculina e feminina, mas havia na vida doméstica da senzala uma igualdade sexual, onde as mulheres percebiam que quando havia essa desvalorização masculina elas também eram diminuídas e desvalorizadas, e os defendiam, porque seus filhos e filhas precisavam de exemplo de homens e mulheres fortes para se espelharem.

2.2.2 A família nordestina e o patriarcado rural

Delimitar o contexto da família nordestina foi um desafio, porque como se confunde com a história da colonização do país, muito da cultura da época é oriundo de costumes de Portugal e assim como a história da população escravizada há poucos relatos sobre a família nordestina pobre, dos agricultores e suas famílias, a literatura se detém mais nos estudos sobre a família dos senhores e dos patriarcas, mas pouco sobre o povo nordestino originário do processo de miscigenação. Por isso que estes aqui são apenas citados como existentes dentro a sociedade e o que os idosos trouxeram de suas vivências.

Pela colonização, todo o modelo que existiu na sociedade foi uma adaptação da cultura, costumes e tradições europeus, herdando também o patriarcalismo e o conservadorismo. E, por isso, o patriarcalismo que se estabeleceu no nosso país foi uma estratégia da colonização portuguesa, onde o grupo doméstico rural e o regime de escravidão fortaleceram este modelo. (SAMARA, 2002 apud ALVES, 2009).

O casamento para as mulheres era realizado muito cedo, aos doze anos as famílias já se mobilizavam para casá-las, estas tinham muitos filhos e a vida se resumia a cuidar da casa e da família, autores relatam que elas envelheciam muito cedo. E que quando os maridos queria viver com as amantes, deixavam as esposa em conventos. E às que permaneciam solteiras, a sociedade condenada, estas não frequentavam os eventos sociais, e mesmo quando estes ocorriam nas casas, estas permaneciam na cozinha ou no quarto. Eram comuns as amas de leite, mulheres escravizadas que amamentavam as crianças, costume herdado dos europeus onde as mulheres ricas não amamentavam. Muitas morriam na ocasião da gravidez ou do parto. (FREYRE, 2002 apud SOUZA, 2011).

Mas o matrimônio só era possível às famílias mais ricas por causa dos altos custos para tal e da quantidade de documentação exigida, logo era restrito à elite branca e, portanto, símbolo de prestígio e estabilidade social, assim à população pobre, a união como não era possível economicamente, eram considerada ilegais para a igreja. De acordo com Samara (1989 apud ALVES, 2009) existiu nesta época mulheres que na ausência do marido ou em casos de viuvez passaram a comandar o patrimônio da família, era chamado de matrifocais, mas ela justifica que eram poucos casos e que essa liberdade era restrita, pois dependia da autorização do marido ou da justiça.

Corroborando com o que já foi resgatado historicamente até este ponto, Barbosa et al (2011, p. 7), aponta que os princípios fundamentais para o manutenção da estrutura patriarcal foram: “o reconhecimento do papel do homem na reprodução, o estabelecimento da propriedade privada, a instituição das relações predominantemente monogâmicas, o controle do corpo e da sexualidade das mulheres pela divisão sexual e social do trabalho”. Tais conceitos surgem a partir também de ideias em que a mulher deve ser hierarquicamente subordinada ao homem e os mais jovens aos mais velhos, e, assim, sempre haveria uma valorização das atividades masculinas em detrimento às femininas e a questão da aceitação de que o homem pode controlar a sexualidade, o corpo e a autonomia das mulheres difundidos tanto pela igreja quanto pela ciência sabendo do valor que estas instituições têm como formadoras de conceitos na sociedade (NARVAZ, KOLLER, 2006; SCOTT, 1995 apud BARBOSA et al 2011).

Ideias como estas acima e aliadas à dominação do patriarcado, a condição social da mulher passa a ser inferiorizada historicamente na sociedade como afirma Iop (2009, p. 233):

O patriarcado instaura a inferioridade da mulher no grupo social, sua capacidade de participar ativamente nas funções do grupo é colocada em dúvida pelo poder masculino, sendo essa relegada, então, ao espaço privado, passando a ser incluída subjetivamente como propriedade do homem. Dessa forma, as desigualdades de gênero vão sendo produzidas, consolidadas pelas relações sociais, políticas, econômicas e estabelecidas juridicamente, nos códigos de leis das sociedades civilizadas. Portanto, era possível inferiorizar, explorar e até mesmo matar a mulher amparados por lei, sem que houvesse punição legal para o ato.

Vemos, portanto, que esta redução da capacidade e potencialidades da mulher foi sócio-historicamente concebida em detrimento da dominação masculina, pela necessidade de garantir o direito de descendência e a crença na incapacidade da participação biológica da mulher na fecundação, levando sociedade, ciência e religião a criar e disseminar que às mulheres europeias cabia o papel sagrado de ser mãe e esposa, disfarçado nos discursos de que este era seu grande papel na sociedade, resultando em anos de repressão sexual e políticas das mesmas, bem como violências físicas, psicológicas, morais e sociais. Gerando uma falácia cultural de que só existia à mulher de classe média um modelo ao qual esta deveria ser, submissa ao pai e marido, negando-lhes o direito a ter liberdade de todos os desejos e potencialidades e revestindo de uma capa de pecado e punição para as que tentassem fugir dessa dominação. Sem

falar na violência causada às mulheres escravizadas como apontados anteriormente, onde socialmente não lhes era reconhecido o direito de serem nem mulheres, muito menos o de mãe, esposa, ou seja, elas não tinham o direito de escolher o que queriam ser. É neste contexto que queremos refletir sobre a invisibilidade do papel da mulher no contexto social e familiar se continua a existir na sociedade atual, mesmo após anos de lutas e conquistas no âmbito feminino.

Embora estejamos abordando a questão do patriarcalismo, não estamos aqui querendo trazer uma visão de total submissão das mulheres ou dominação masculina, não houve esse modelo patriarcal em toda a história, como citado anteriormente, mas apenas uma parte dela como Iop (2009) afirma que na história é possível encontrar a mulher exercendo vários papéis, não só de esposa e mãe, mas também de trabalhadora e cidadã, e aponta que em sociedade onde não ainda havia o domínio do Estado sobre sua organização, até o século XVI houve a predominância do matriarcado em que a mulher tinha inclusive a responsabilidade política do grupo familiar. E aponta que há divergências entre os teóricos que afirma que neste período havia a igualdade de gênero na divisão social de papéis, sem características de dominação da mulher sobre o homem e outros discordam desta afirmação, de que apontam que haviam desigualdades de gênero. À exemplo do que já foi acima discutido sobre a igualdade de papéis no contexto das famílias durante o período da escravização.

3 METODOLOGIA

3.1. Tipo de pesquisa

Tratou-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Para Gil (2017), a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de uma determinada população, incluem as pesquisas que estudam as características de um grupo, tais como sua distribuição por idade, sexo, estado físico e mental etc; também pode ser aplicada aos estudos que tem o objetivo de levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população. Já a pesquisa de natureza qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, tendo como centralidade a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001, p.14), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos

processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Baseamos-nos ainda na pesquisa construcionista, nesta proposta de estudo não há o estabelecimento de verdades partindo de princípios pré-determinados e inquestionáveis, mas buscamos adotar uma postura crítica frente às questões apresentadas pelo mundo e suas mudanças e não como algo que se remete ou se constitui como uma teoria. Sendo esse posicionamento a partir de três posturas: antiessencialista, onde as pessoas são fruto de suas relações com a realidade social; antirrealista, onde esta realidade se constrói atravessado pelas várias versões da coletividade e, não representacionista porque compreende o discurso como uma prática discursiva e a linguagem como um agir neste mundo. (MÉLLO et al, 2007).

3.2 Caracterização dos sujeitos

Participaram da pesquisa sete idosos, os idosos foram selecionados por acreditarmos que estas são pessoas que têm muita experiência, pela característica de serem pessoas dotadas de sabedoria, serem historiadores natos por terem vivido um tempo considerável de vida e pela capacidade de nos fornecer suas visões sobre o papel da mulher em épocas distintas desde a família de seus avós às famílias atuais. Os dados nos permitiram a elaboração da seguinte tabela:

Tabela 1: Caracterização dos participantes quanto à idade, sexo, estado civil, escolaridade, ocupação e raça.

	Identificação	Idade	Sexo	Estado Civil	Escolaridade	Ocupação	Raça
1	Melífera	81 anos	Feminino	Viúva	4º pedagógico	Professora aposentada	Branca
2	Moenda	76 anos	Feminino	Viúva	Admissão/Supletivo	Professora aposentada	Branca
3	Agrário	73 anos	Masculino	Casado	Analfabeto	Agricultor	Negra/Preta
4	Manancial	83 anos	Feminino	Viúva	2º mobral	Doméstica	Negra/Parda
5	Meristema	84 anos	Feminino	Viúva	Analfabeta	Agricultora	Negra/Preta
6	Bromélia	64 anos	Feminino	Casada	2º grau completo (ensino médio)	Doméstica	Negra/Parda
7	Maniva	75 anos	Feminino	Casada	Fundamental incompleto	Aposentada	Negra/Parda

Fonte: Autora, 2019.

Compuseram a amostra sete idosos, com idade entre 64 e 84 anos. Sendo um homem e seis mulheres, três casados (as) e quatro viúvas. Quanto a escolaridade, três estão entre o quarto pedagógico, médio completo e fundamental incompleto, dois são analfabetos, uma concluiu o supletivo, outra fez o segundo móbrel que foi um método de alfabetização de adultos instituído no Brasil em 1968. Três se nomearam aposentados (as), dois agricultores e duas domésticas. Quanto à raça esta foi percebida por processo de heteroidentificação, que é a classificação da raça por um terceiro e não o próprio sujeito, os percebemos então como duas brancas, cinco negros (as).

Os critérios de inclusão foi o de serem idosos que estivessem nas comunidades pesquisadas. E os critérios de exclusão: os idosos que não aceitassem participar da pesquisa ou assinar os termos.

3.3 Coleta de dados/ período

Para a coleta de dados, a pesquisa de campo realizou-se no domicílio dos mesmos, em diferentes bairros das cidades de Crato (Vila Lobo), Juazeiro do Norte (Frei Damião) e Barbalha (Sítio Santa Cruz), por motivo de conveniência da pesquisadora. Esta foi guiada por um roteiro de entrevista semiestruturada. A entrevista foi dividida em duas partes. A primeira contemplou os dados de identificação dos idosos. A segunda parte teve como fio condutor quatro questões norteadoras, a saber: Para você o que é uma família? A família de hoje e de antigamente são iguais ou houve mudanças? Fale sobre isso. E o papel da mulher na família antigamente é o mesmo ou teve mudanças? Fale sobre isso. Como você avalia a divisão de tarefas entre homens e mulheres na atualidade?

Como recurso para registro das informações, as falas foram gravadas por meio de um gravador de voz do aparelho móvel, com os idosos que consentiram e assinaram o termo de autorização de uso de imagem e voz e para o que não consentiram estes preferiram escrever a próprio punho com lápis ou caneta numa folha de papel.

As coletas ocorreram entre os dias 07 e 19 de outubro de 2019.

3.4 Organização e análise das informações

Para a compreensão de uma interpretação destas falas e relacionando com a produção científica existente dentro da temática em questão, procedemos com a transcrição de todas as entrevistas, em seguida elaboramos os mapas dialógicos que nos permitissem compreender os repertórios linguísticos. O mapa dialógico é um mapa de associações de ideias, é utilizado segundo Nascimento, Tavanti e Pereira (2014, p. 247) quando se quer,

“dar visibilidade ao processo de análise e ao contexto de coprodução das práticas discursivas. Quando estudamos as práticas discursivas estamos interessados no modo como as pessoas falam, nos repertórios linguísticos usados ao descreverem o mundo em que vivem, assim como nas outras vozes presentificadas nessas falas, textos ou imagens”.

Nos mapas podemos perceber os momentos nos quais há as interanimações dialógicas, que são um jogo de posicionamentos dos comunicantes, seguindo Bakhtin (1994 apud Spink, 2010) as palavras e sentenças são impessoais, pois num diálogo existem pelo menos um interlocutor e um destinatário, e numa construção social a produção de sentido é coletiva, é o resultado de um processo interativo que se dá num contexto atravessado por questões históricas e culturais logo o sentido está no resultado desta construção subjetiva. (SPINK, 2014). Bakhtin pontua que este interlocutor pode ser tanto o que emite a mensagem como ser outro trazido por este, logo na comunicação nunca há um monólogo, por exemplo, na entrevista com os idosos percebemos momentos nos quais as falas eram interrompidas por “dizeres, costumes ou ideias de seus avó ou pais”. Portanto, os mapas são como instrumentos que permitem que este processo de interanimação dialógica possa ser visualizado e ainda possibilita perceber “o que acontece quando perguntamos certas coisas ou fazemos certos comentários. Possibilitam, sobretudo, nos sensibilizar para a existência de múltiplas modalidades de diálogos”. (SPINK, 2010, p. 38).

Como tivemos sete idosos entrevistados, procedemos à análise por meio de transcrição sequencial, onde é feito um resumo da entrevista, sintetizando a fala de cada interlocutor, por isso omitimos alguns trechos, e isto nos permitiu tanto selecionar os termos que priorizaríamos quanto visualizar ao mesmo tempo na tabela os recortes de cada um como o todo daquela entrevista, como a autora afirma que dessa forma nunca se perde o contexto da fala mesmo trabalhando com recortes dessa. Sobre isto Spink (2010) justifica ser essa a definição do rigor em pesquisas qualitativas, poder expor os passos da análise e justificar as escolhas relativas desta.

Para a discussão dos achados, a partir dos mapas dialógicos e da análise da produção de sentido das falas, surgiram as seguintes categorias temáticas: (in)visibilidade social, violência, mudanças na família, mulher na atualidade, onde o foco foi em cima da produção de sentido como afirma Flick (2009), que na fase de análise, devemos nos concentrar no contexto, na variabilidade, nas construções presentes no texto e nos repertórios interpretativos utilizados nos textos.

3.5 Aspectos éticos e legais

Para garantir o anonimato dos idosos entrevistados, seus nomes foram substituídos por termos referentes à prática da agricultura retirados de um glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais (ORMOND, 2006), por ter sido relevante o perfil de alguns dos sujeitos que trouxeram muito presente a vivência das famílias nordestina onde o meio de subsistência era a agricultura. A seleção dos codinomes ocorreu de acordo com a vivência que cada trouxe e que se encaixava na definição do termo específico do glossário.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Quanto aos aspectos éticos, foram obedecidas as diretrizes e normas regulamentadoras contidas na Resolução 196/96, referentes à pesquisa com seres humanos obedecendo aos quatro princípios básicos da bioética que são: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça. Os participantes assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o termo de consentimento pós-esclarecido, ficando uma com o sujeito da pesquisa e a outra com a pesquisadora, no qual constaram os objetivos da pesquisa e dados referente aos contatos da pesquisadora e da referida instituição de ensino. E o termo de autorização de uso de imagem e voz.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após esse resgate histórico onde buscamos entrelaçar as concepções de família, o papel do feminino na família e sociedade, a influência do patriarcalismo, das ciências e religião nas concepções de gênero e a invisibilidade da mulher negra e pobre, iremos agora contextualizar com a realidade, focando na vivência de idosos de ambos os sexos para a partir do recortes dos seus discursos identificar a produção de sentido de como a mulher é percebida socialmente na família e sociedade contemporânea, e como o alguns

são participantes oriundos de família onde a forma de subsistência era a agricultura, sabemos que esta fator influenciou diretamente como a família e o feminino era vivido e percebido em épocas distintas, onde observaremos que eles trouxeram essa percepção de mudanças nas suas famílias de origem, nas famílias que formaram na atualidade e na sociedade que os cercam.

Após a análise dos discursos e toda a percepção da produção de sentido nos diálogos elencamos as seguintes categorias de análise: a (in)visibilidade social, violência, mudanças na familiar e mulher na atualidade, que serão discutidas e analisada a seguir.

4.1 (IN)VISIBILIDADE SOCIAL

A escolha por esta categoria se deu diante das análises dos discursos em que percebemos uma dinâmica no jogo referente à falta de reconhecimento do trabalho feminino ou este foi justificado apenas restrito a uma ajuda financeira que a mulher estava dando ao esposo, por isso o uso dos parênteses no prefixo “in”, porque demonstra o movimento encontrado nos discursos, em que o papel do trabalho da mulher num primeiro momento estava invisível, dando lugar ao trabalho físico apenas do pai e dos filhos homens, mas somente ficou evidente após se perguntar diretamente, qual o papel da mulher na família, era então, que este, não só existia, mas também foi pontuado como bastante importante.

Observamos a partir das entrevistas que tal fenômeno esteve presente nas falas dos próprios idosos referentes à suas mães, como observamos no recorte da entrevista a seguir, realizada com senhor Agrário, 73 anos, que remete o trabalho específico a roça, e mesmo que a mãe fosse uma provedora financeira por desenvolver várias atividades que tivessem como objetivo o ganho financeiro, este não era percebido como trabalho:

Pesquisadora: Como era naquele tempo, quem trabalhava?

Agrário: Quem trabalhava era eu e meu pai, porque eu era o mais velho, eu sou o mais velho da turma aí os outro foi chegando e foi entrando no trabalho também.

P: E as mulheres faziam o quê na época?

A: As mulher, na época do prantio ia ajudar a gente prantar, pra limpar elas não ia, só na coleita, só na coleita do legume e pra plantar.

P: E a mãe do senhor? Trabalhava como?

A: A minha mãe era, trabalhava costurando, fazendo roupa

P: Pra fora?

A: fazia as nossas e fazia pra fora também.

[...]

A: nós não passava fome porque tinha o dinheiro da roça né, e minha mãe batalhava muito, minha mãe não parava né, minha mãe quando era na época ela vendia caju, vendia, muita coisa assim pra ajudar num sabe? Porque era treze filho era complicado.

Tal situação foi igualmente encontrada nas falas da senhora Moenda, 76 anos, que também relaciona o trabalho ao ofício do pai e irmãos, e não percebe que descreve a arte do trabalho nas atividades que a mãe fazia, tanto que nega que a mãe trabalhava fora seguido dos exemplos de o fazê-lo:

Pesquisadoras: Quem trabalhava antes?

Moenda: Quem trabalhava era meu pai, depois quando os meninos foram crescendo eles iam tudo na roça trabalhando...

P: E as mulheres nesse tempo trabalhavam como?

M: Ela criava porco, galinha.

P: Era mais em casa?

M: Era só em casa.

P: E trabalhava pra fora?

M: Não trabalhava pra fora não, minha mãe nunca trabalhava pra fora, ela fazia muito era vender na estrada, assim estrada de barro, não tinha transporte quase nenhum, ela botava uma banca na beira da estrada, não tinha transporte nem nada, era a pé, ela botava a barraca e vendia era muito, fazia bolo de puba e vendia e criava tudo, era assim, depois comprava coco e fazia óleo.

A invisibilidade social é um termo criado pela sociologia, e caracteriza-se por pessoas ou grupos que estão à margem da sociedade, e que, portanto, se tornam invisíveis a esta sociedade porque seus problemas, sofrimentos e a própria existência não são reconhecidos e considerados pela população em geral e é aplicado a seres socialmente invisíveis decorrentes da indiferença ou do preconceito, que estão à margem da sociedade. (PORTO, 2007 apud CELEGUIM; ROESLER, 2009). Como o reconhecimento do trabalho está atrelado ao capitalismo, onde ser produtivo é ter uma profissão reconhecida nas relações de poder e que o fato do trabalho desenvolvido pelas mulheres da pesquisa serem um trabalho informal, onde o estado não tem controle financeiro sobre os ganhos, culturalmente e socialmente não é um trabalho reconhecido, segundo afirmam Celeguim e Roesler (2009, p. 1):

A Invisibilidade Social é um assunto relativamente novo e se relaciona à forma como são vistos os trabalhadores de profissões desprovidas de status, glamour, reconhecimento social e adequada remuneração. Isto numa sociedade onde o nível de consumo de bens materiais é o agente determinante do posicionamento de cada participante nas classes sócio-econômicas conhecidas.

Além disso, percebemos outro fenômeno atrelado a esta invisibilidade social, não é a sociedade que os percebem desta forma, mas os próprios sujeitos são

propagadores de tais conceitos, ficou evidente quando não refletem que as atividades que a mãe produzia para ajudar economicamente em casa, é iguais em termos de função, ao que os homens realizam decorrente do trabalho na roça, sejam trabalhando para si ou para terceiros. Mas em ambos os casos a função é a mesma o de trazer dinheiro e assegurar o sustento da família. Observamos claramente a ideia de alienação que Freire (2018) afirma que esta é o resultado do processo de dominação, no qual o sujeito oprimido não tem consciência sobre sua realidade, pois para ele a conscientização só ocorre quando há um desenvolvimento crítico da tomada de consciência que vai além de apreender o real, mas há uma capacidade de tornar a realidade um objeto cognoscível à este, ou seja, de descobrir-se após refletir sobre a sua existência, onde esta consciência vai determinar como o sujeito se relaciona com o mundo e o percebe, ao poder transformar a realidade em duas vertentes: desvelando a existência desta realidade de opressão e a ação para modificar tal realidade.

Por isso que não é uma atitude fácil, uma vez que como será discutido a seguir, esta consciência não é pura, mas é constituída e influenciada socialmente, por isso que é tão difícil ter essa reflexão crítica e sobretudo se libertar da ação opressora, porque exige uma mudança e para isso é preciso meios de operá-lo socialmente, entrando no paradoxo de que é na sociedade que tais ideias nascem, se reproduzem e se perpetuam. Podemos contextualizar esta conscientização na questão do empoderamento, Kleba e Wendausen (2009) identificam duas fases neste processo, numa a dimensão psicológica que envolve o autorreconhecimento, onde a pessoas adquirem os sentimentos de poder, competência, autovalorização e autoestima, e na dimensão política há essa transformação das estruturas sociais visando à redistribuição de poder produzindo assim, mudanças nestas estruturas que possam promover oportunidade justa à sociedade.

Queremos contextualizar outro fator referente a esta invisibilidade, o surgimento do perfil de algumas das mulheres trazidas nas entrevistas, que foram o da mulher nordestina, que se assemelha na questão da invisibilidade discutido no referencial teórico sobre as escravizadas que Azevedo e Dutra (2019, p. 08) pontuam:

As mulheres nordestinas tinham que lutar por seu sustento, sendo costureiras, fiadeiras, rendeiras, lavadeiras, roceiras, trabalhando inclusive com a enxada como os homens o faziam. As escravas trabalhavam principalmente na roça, mas também como costureiras, carpinteiras, amas de leite, serviços domésticos, trabalhando desde a infância.

Diferentes pela questão da escravidão onde não é possível uma comparação, mas as mulheres nordestinas e as escravizadas se assemelham na questão do trabalho e na educação, ambas realizavam/realizam trabalhos na roça igual aos homens, começavam a trabalhar ainda criança mesmo que em casa, e cumpriam/cumprem a dupla jornada em trabalhar dentro e fora de casa muito antes do início do movimento dos direitos das mulheres. Sobre esta condição da família e da mulher nordestina iremos aprofundar um pouco mais na categoria que trata da violência à mulher.

Compreendemos que para analisar o conceito de (in) visibilidade social proposto neste ponto iremos entrelaçá-lo ao papel das representações sociais, que o psicólogo social Serge Moscovici (1978 apud PEREIRA, 2017), ao fazer uma releitura de teoria das representações sociais de Durkheim (1989) compreende as representações sociais como um posicionamento e uma localização da consciência subjetiva nos espaços sociais que resultam na produção de sentido das percepções dos indivíduos. A partir destes fenômenos interativos, os indivíduos elaboram explicações sobre as questões sociais que contamina a mensagem difundida nos meios de comunicação, nos comportamentos e na organização social, sendo assim, o objeto social que é representado nos discursos é resultante dos sucessivos processos das interações destes sujeitos atravessado pela cultura e sociedade da época.

Para Lane (2006, p.34) “a representação implica ação, na experiência com um objeto ou situação e nos significados atribuídos a ela pelas pessoas com que nos relacionamos, ou seja, a representação é o sentido pessoal que atribuímos aos significados elaborados socialmente”, tal afirmação atribuído ao sentido em que os discursos trazem sobre esta invisibilidade é corroborada com a afirmação de Azevedo e Dutra (2019) em que as mulheres de classe média e alta eram educadas para serem mães, e donas de casa, enquanto que as de classe pobre ou as viúvas passavam a produzir comidas e roupas e vendê-los para ajudar no sustento da família, mas pontua que estas atividade não eram socialmente aceitas, e que por isso essas mulheres sofriam o preconceito da sociedade quando nestes casos em que as mulheres produziam outros meios de subsistência financeira os homens era acusavam de serem incapazes de exercer seu papel como único provedor, e que por isso, segundo os autores, muitos dos produtos eram vendidos por terceiros para que as famílias não sofressem tais ataques, porque havia a concepção na época de que a mulher não deveria ganhar dinheiro.

Diante dos fenômenos que surgiram podemos perceber que a representação da mulher atualmente continua pautada às ideias socialmente difundidas, de que cabia ao

homem o sustento financeiro e que a mulher ao trabalhar o fazia como uma ajuda ao marido e não por ser uma condição possível a ela de ser igualmente uma provedora financeira, como evidenciam algumas falas dos idosos sobre o trabalho da mulher na contemporaneidade, trazidas a seguir:

“As mulher, na época do prantio ia ajudar a gente prantar, pra limpar elas não ia, só na coleta, só na coleta do legume e pra prantar.” (Agrário, 73 anos).

“As mulher hoje em dia que ser dona de si mesmo, no nosso tempo as mulher não trabalhava fora, as mulher hoje em dia trabalha fora pra ajudar os marido”. (Manacial, 83 anos)

Percebemos que embora estes recortes estejam falando da mulher na atualidade, tanto este exemplo quanto o anterior sobre as mulheres de antigamente, trazem essa ambiguidade na concepção do papel feminino, no exemplo em questão observamos que embora os interlocutores iniciem pontuando que as mulheres atualmente estão tendo mais liberdade e reconheçam sua conquista no direito igualitário, estas continuam atreladas ao papel masculino, onde elas não estão se tornando autônomas e empoderadas, mas o fazem em detrimento do marido ou da família. Sabemos que tais conceitos infelizmente permanecem sendo socialmente difundidos nos discursos e as mulheres são vista hoje desta forma, como se o fato de elas estarem, por exemplo, saindo para trabalhar é por algum motivo que não o seu direito de fazê-lo como igualdade de gênero, autonomia ou emancipação.

4.2 VIOLÊNCIA

Atrelado ao contexto da submissão oriundo das ideias do patriarcalismo discutido anteriormente, de que as mulheres deviam ser hierarquicamente submissas ao homem, inicialmente na figura do pai posteriormente ao marido (NARVAZ, KOLLER, 2006; SCOTT, 1995 citados por BARBOSA et al 2011), percebemos que tais mulheres eram vítimas de diversas formas de violência onde abordaremos alguns aspectos que surgiram das entrevistas.

A violência se configura como qualquer ato que tenha como consequências danos físicos, sexuais, psicológicos ou de sofrimento financeiro e patrimonial que incluem desde ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade, e quando a motivação é a questão do gênero feminino configura-se a violência contra a mulher, também

denominada de violência doméstica ou violência de gênero. Nesta perspectiva da violência, onde normalmente se remete como sendo a de natureza física e mais frequentemente praticada pelo marido à esposa ou violências decorrentes da falta de segurança pública e desigualdade social, Silva e Oliveira (2015, p.3524) afirmam que a violência interpessoal difere quanto ao agressor, pois, “são pessoas do próprio convívio familiar, sejam eles marido, pai, padrasto, tios, primos ou outros”, portanto, devemos ampliar nosso olhar para outros tipos de violência, muitas das vezes imperceptíveis tanto à população quanto à vítima, por estar disfarçado nas relações de poder.

Como afirma Silva (2007), a violência contra a mulher ocorre no âmbito familiar ou doméstico, praticado por pessoas do próprio convívio desta que transformam o lar que deveria ser afetuoso e seguro num ambiente marcado pelo medo e pela angústia. Sobre tal ponto Martins (2012) diferencia a violência intrafamiliar da doméstica, onde se compreende que a intrafamiliar é essa relação de abuso praticado contra qualquer um dos membros e dentro do contexto privado da família, seja por ação ou omissão que cause prejuízos a essas vítimas, esta pode ser praticado tanto dentro ou fora de casa, e o agressor podem ser as pessoas que assumem a função parental, sem laços cosanguíneos que exerce alguma relação de poder. Assim, Almeida (2010, p, 49 apud MARTINS, 2012) afirma que “o conceito de violência intrafamiliar não considera somente o espaço físico no qual a violência ocorre, mas também às relações em que esta se constrói e efetua”.

A violência doméstica se caracteriza por ampliar quando a violência ocorre no âmbito doméstico e é praticada por membros sem a função parental, logo seria por empregados, agregados ou pessoas que convivem temporariamente com a família. É restrita apenas quando ocorrer dentro da casa ou unidade doméstica e podendo ser abuso físico, sexual e psicológico, a negligência e o abandono (SILVA, 2002 apud MARTINS, 2012). Há contradições ao se referir quanto ao local, muito criticam por esta ser concebida como a que ocorre dentro de casa, e não há uma definição sobre sua abrangência no meio externo, pois os autores apontam que também envolvem as relações de poder (MARTINS, 2012).

A literatura afirma que o fenômeno da violência é multiplural, pois há muitas variabilidade, percepções e há um entrelaçamento entre os tipos, uma vez que não há como delimitar que a vítima foi afetada por apenas um tipo, uma vez que outras formas de violências estão atreladas e são percebidas por quem sofre, embora haja uma classificação tipológica, na prática não é possível fazer esta separação, sobretudo a

violência psicológica que estará presente em todas as demais formas de violência, como iremos abordar neste tópico de discussão.

De acordo com a lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, apresenta uma diferenciação no artigo 7º quanto à tipologia, que pode ser classificada como, violência psicológica, física, moral, sexual e patrimonial. (BRASÍLIA, 2011):

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II– a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria

Iremos aprofundar somente alguns dos tipos que ficaram mais evidentes a partir das entrevistas.

Um dos tipos que ficou mais evidente foi a violência psicológica, praticada tanto intrafamiliarmente, pais com filhos e entre o casal, quanto pela sociedade. Nas falas a seguir observamos recortes da realidade que trouxemos no referencial teórico, sobre as questões morais de que a mulher deveria ser submissa ao pai e marido, e como deveria corresponder às expectativas sociais de permanecer casada, independente de estar em uma relação saudável ou abusiva, e ainda o reducionismo do papel da mulher ao de mãe, esposa e do lar:

quem mandava era o pai, ele não batia na gente não, mas só em olhar a gente ali já obedecia. A mãe era uma santa, uma pessoa santa demais, era paciente demais, calma. (...) Antes suportava tudo, as mulheres era submissa aos maridos. (MELIFERA, 81 anos)

Hoje em dia a gente vê os homem morrendo com pouco tempo ela pega outro, antigamente a gente não via isso, ela vivia até quando morria. (MANANCIAL, 83 anos).

Havia também a submissão dos pais aos filhos, embora muitos idosos pontuem o fato de atualmente os filhos não respeitarem os pais como faziam os filhos de antigamente, trazem este respeito no sentido de fazer tudo o que os pais mandavam sem questionar, sem que sua subjetividade ou individualidade fossem consideradas, mas compreendemos que esta forma de relação é uma relação de poder do tipo autoritária.

Piaget (1967 apud LA TAILLER, 1992) afirma para um sujeito ter autonomia ele precisa ser capaz de se situar de maneira consciente e com competência diante de situações sociais onde há diversos pontos de vistas e conflitos, no sentido de que precisamos tanto construir conhecimentos em respostas às demandas sociais, como comunicar esses pensamentos atentos se estão adequados à realidade. Se na sociedade em que viviam os sujeitos desta pesquisa, as relações eram coercitivas no qual os comunicantes detinham o poder de autoridade reconhecido e validado nos comunicados, estes aceitam as proposições sem a devida reflexão ou questionamento porque não havia espaço dentro da família para este processo interativo social de uma atuação ativa na produção, conservação e divulgação das ideias, este então não só repete tais verdades como as impões aos demais promovendo a manutenção das relações de dominação aqui presentes.

Podemos interligar esta relação parental com a sociedade, há na sociedade esta ideia de total obediência e submissão dos filhos aos pais, e muito são os prejuízos psicológicos que estes possuem, como forma de demonstrar tal fato, recortamos trechos da fala da idosa Meristema de 84 anos e analfabeta, ela pontuou ainda nas perguntas iniciais para os dados de identificação o quanto lamentava o fato de que todos os irmãos puderam estudar e ela não, pois seu papel era o de cuidar dos irmãos mais novos, da casa e de trabalhar na roça ainda criança, ou seja, seu papel de mulher na família era reduzida a isto, ela não poderia conceber ser diferente ou algo mais enquanto mulher.

Entrevistadora: E a senhora trabalhava?

Meristema: Desde eu criança, eu trabalhei de roça, nem na escola não me botaram minha filha, porque eu era dona de casa, cuidando na tropa de menino porque tinha menino pequeno né? E cuidando da roça. (MERISTEMA, 84 anos).

Um fato que retomam as semelhanças existentes entre as famílias escravizadas e as nordestinas é neste fato da senhora Meristema ter começado a trabalhar ainda criança, Pires (2012, p. 547) ao descrever como era organização social das famílias no semiárido nordestino afirma que aos cinco anos de idade a menina já começa a realizar algumas tarefas domésticas, ficando restrita à mãe a atividade de cozinhar, “Se há duas crianças do sexo feminino em uma família e crianças pequenas para se ‘pajear’, a mãe encarregar-se-á do almoço, e as meninas ficarão incumbidas de cuidar dos irmãozinhos e do serviço da casa”. Não estamos entrando no mérito da importância em delegar algumas atividades domésticas às crianças como forma de responsabilizá-las pelo bem coletivo, mas pontuamos aqui a obrigatoriedade em realizar atividades inapropriadas a uma criança e a responsabilidade de cuidar de outras crianças que devem ser restrita somente aos adultos. Aqui fica evidente que estas atividades por elas exercidas não eram na forma de contribuições, mas formas de trabalho. E a Meristema aprofunda ainda mais a discussão quanto cita o fato de todos terem ido para a escola e ela não,

E: E como era a família de antes?

[...]

Eu nasci e me criei aqui nesse lugar, aí quando eu fui crescendo ia dando só pra segurar menino e trabalhar de roça, trabalhando de roça direto.

[...]

nós se criemo, tudo dentro de casa, cuidando de roça, meu pai era carroceiro ele ia pra rua pra trabalhar, pra ganhar o pão pra gente comer, nós ficava na roça, aí quando ele saia dizia: olhe quantas carreiras... Vou deixar pra cada um de vocês, ele deixava pra cada cá vinte carreira, era conta entre nós, (...) aí enquanto nós tivesse essa obrigação dava certo aí ia cuidar das outras coisas de casa, aí os meninos foram crescendo e foram estudando, e eu nada, em casa direto cuidando da roça e cuidando dos menino pequeno.

[...]

E eu era pra cuidar de tudo dentro de casa, eu era a mais velha, era pra cuidar dos meninos, cuidar da roça, eu ia pra roça arrancar mandioca, vendia na rua pra comprar alguma coisa pra trazer pra dentro de casa, toda a vida eu era o toco da casa, não me botaram nem na escola eu não sei nem o “a” porque nunca me botaram. (MERISTEMA, 84 anos).

Para evidenciar o contexto vivido pela senhora Meristema, Azevedo (2019) afirma que a mulher do sertão nordestino do século XIX ao contrário de seus irmãos, que frequentavam a escola, e por não serem consideradas cidadãs políticas, não estudava e raramente aprendia a ler porque como o seu papel era ao de apenas se dedicar à família. Embora em meados dos anos 1950, com o advento da modernização e urbanização a escolarização formal ganha uma importante função, a de ascender as famílias socialmente, o acesso à educação era diferenciado de acordo como ambos deveriam atender as expectativas a eles impostas (VAITSMAN, 1994 apud COUTINHO;

MENANDRO, 2015). Contudo, este acesso à escolarização e profissionalização não era uma possibilidade para as mulheres de classe popular, principalmente às do meio rural, pois se seu papel era o de cumprir as tarefas de casa e na roça para as famílias não se justificaria ter educação, considerado como perda de tempo as mulheres irem à escola.

A violência física por deixar marcas no corpo é a mais vivível e mais fácil de ser percebida como tal, mas, ela também pode estar mascarando o impacto psicológico que vem atrelado a este ato, Minayo (2003, p. 45 apud MARTINS, 2012) afirma que tanto há esse impacto psicológico subsequente como também não afeta só a vítimas mas que provocam uma “forte carga emocional em quem a comete, em quem a sofre e em quem a presencia”, portanto há um viés social. A senhora Manacial evidencia esta relação social ao afirmar que aconselha as noras a repetirem seu exemplo, quando os maridos delas chegarem bêbados em casa elas deveriam ficar quietas e caladas, a aguentar a situação com a mesma submissão que ela.

quando os marido sai pra farra as mulher não dizia nada, o meu quando saia eu não dizia nada, quando ele chegava em casa, ele chegava bêbado, mas não brigava com eu, eu não falava nada, eu tinha uma paciência com ele, nós nunca brigamos, ele bebia muito, mas nós nunca brigamos eu digo é muito as minhas nora, tem umas nora que gosta de brigar mais o marido aí eu digo, porque vocês não fazem como eu, o meu marido chegava em casa bêbado se ele ficava puxando conversinha eu ia lá pro canto ficar na sala, aí tem uma nora que diz assim, não mas se eu fizer isso ele vai lá onde eu tô e ele puxa os meus cabelo aí é em tempo de nós brigar eu digo não, pois no meu tempo não era assim não. (MANACIAL, 83 anos).

Demonstra então que para ela no processo de subjetivação assimilada no seu tempo de que a mulher deveria suportar todos os comportamentos do marido com uma total submissão porque este não deveria ser questionado, e assim evitar uma discussão e esta agressão que as noras trazem, neste contexto se percebeu que ela está atribuindo o fato de haver agressão à atitude da mulher em não se submeter, no sentido de que ela pode ter aprendido que ficando quieta quando o marido está bêbado e generalizando para os momentos em que não concorda com algo na família e nas relações também deveria ficar quieta para evitar sofrerem violência, e tanto pensa assim que repassa tal comportamento para as noras . Retomando a questão da (in) visibilidade e a violência psicológica, por muitos anos as mulheres repetem esse comportamento de submissão ou sujeição ao outro, pais, marido ou terceiros, para evitar uma discussão ou até mesmo violências, mas na verdade continuam sendo violentadas quando elas escolhem se calar, quando abrem mão dos seus direitos e necessidades pelo outro ou para evitar sofrer violências evidenciando o que normalmente se vê que é a culpabilização, tanto auto

como da sociedade de que a vítima é quem provoca tal situação, que se não tivesse feita tal ato não teria motivado o ato violento.

Situação semelhante ocorria na família do senhor Agrário, ele afirma lembrar que a mãe também tinha que se sujeitar às mais diversas situações pela questão da submissão:

Eu via meu pai, meu pai saia de casa assim ele trabalhava semana toda num é, mas ele no sábado na boca da noite ele saia de casa só ia chegar, ia pro samba só ia chegar no outro dia e num era pra minha mãe dizer nada, calada tava, calada tinha que aguentar aquilo ali calada sabe? Não é fácil, não podia falar, num dava briga porque minha mãe não falava né, minha mãe do jeito que ele chegava, nunca chegou bêbado assim caído, mas não chegava bem né, porque ele bebia né, aí minha mãe ali também não dizia nada, calada, aguentava aquilo ali, calada. (AGRÁRIO, 73 anos).

E fica bem evidente a quantidade de vezes que ele repete a palavra calada, demarcando o quanto nesta palavra está o resumo do que imaginamos que era a vida das mulheres nesta época, é um silêncio que se iniciava ainda criança, sobretudo para as meninas, não falar não porque não tivessem o que dizer, mas porque não tinham seu valor reconhecido, ou porque era desrespeito aos outros e não a si, remetendo à invisibilidade delas. Em frases que normalmente ouvimos da época, eram as de que mulheres não entendiam de nenhum assunto e, portanto não tinham o direito de falar, e muitas das vezes uma mulher que rompiam com esse silêncio imperativo e expunha suas ideias a favor ou contrário ao assunto discutido entre os homens era mal aceita pela sociedade, inclusive pelas outras mulheres, uma vez que introjetavam que nunca deveriam falar.

A violência patrimonial é pouco conhecida pela população, levando a poucas vítimas conceberem que é um ato de violência, por desconhecer ou por submissão ao agressor. Houveram diversos exemplos deste tipo de violência como podemos observar a seguir, descrito pelo senhor Agrário, que o dinheiro já era pouco e o pai usava boa parte para comprar bebida alcoólica, afirmando como trouxemos no ponto anterior que sua família não passava fome porque a mãe trabalhava de várias formas para conseguir o dinheiro:

ele gastava o dinheiro né, o dinheiro naquela época era bem mais curto do que hoje né, que naquela época ninguém ganhava salário né, era menos de meio salário que os patrões pagava né. (AGRÁRIO, 73 anos).

Havia também a violência patrimonial atrelada à psicológica, observadas de duas formas, num primeiro exemplo onde o homem era detentor de toda a economia, alguns

usavam esse poder como forma de humilhação, pois retinha todo o dinheiro e não existia a ideia de que ambos tinham direito e acesso igualitário a ele, e impedindo a autonomia das mulheres. Na fala da senhora Moenda ela cita o exemplo quando a esposa vai pedir dinheiro ao marido este antes questiona qual a finalidade daquele dinheiro, reforçando as relações de poder dele como detentor e controlador dos gastos, e no exemplo da senhora Maniva, evidencia a relação de poder entre o casal, em ambos vemos a retenção do bem econômico e o efeito psicológico e emocional desta relação que causa uma dependência da mulher ao parceiro em relação ao fator financeiro, onde muitas por não terem outra fonte de renda ou a que tem não ser suficiente para si e os filhos, se submetiam porque precisa permanecer ao lado dele por motivos financeiros:

porque quando elas quiser uma coisa não vão dizer: fulano me dê? Pra que é que tu quer (risos) né não diga se num é, se for pedir ao marido, pra que é que tu quer? (MOENDA, 76 anos).

A dependência ao marido, antigamente a mulher não trabalhava, seu tempo era cuidar dos afazeres de casa e cuidar do marido, ou seja, dependia do marido pra tudo. (MANIVA, 75 anos)

Outra forma de violência patrimonial ocorria na relação dos pais com as filhas, se observamos a lei os direitos delas são violados quando se criam meios no qual o sujeito é impedido de se desenvolver economicamente, não que a renda só pode vir de empregos formais ou fruto de pessoas escolarizadas, mas como no caso da senhora Meristema no ponto acima, sobre o impeditivo imposto a ela sobre o acesso à escolarização, pois esta até hoje é analfabeta, poderia ter facilitado que ela conseguisse ter acesso a meios de trabalhos com renda ou ter podido escolher ter outras fontes de renda e romper com a situação que nela incutiram de que só teria como papel na vida cuidar da casa, irmãos e trabalhar na roça, porque esta era sua função na família e na vida, ajudar no que fosse preciso à família e novamente não cabia na família as necessidades dos sujeitos individuais, mas o bem coletivo, só que este bem coletivo era baseado na soberania da cultura patriarcal e moralista da sociedade.

Como discutido até então, com o casamento a capacidade civil da mulher era delegada ao marido, que era quem autorizava a mesma a trabalhar e a realizar transações financeiras, pela submissão não tinha o direito de possuir propriedades individuais, mas somente autorizadas por ele, assim, mesmo tendo alguns direitos, a mulher continuava sob o controle social masculino. (MOURA, SILVA, MACHADO, 2018).

4.3 MUDANÇAS NA FAMÍLIA

Foi uma unanimidade nas falas referentes às mudanças percebidas por eles da família, ao contrário ao que pensávamos, pois compreendíamos o conceito de família pelas novas configurações e arranjos familiares descritos na literatura, esperávamos que as respostas fossem também nesta perspectiva sobre a constituição dos membros, mas os sentidos que eles atribuem à família foram os mais variados, mas a centralidade foi em torno dos laços afetivos. No intuito de melhor entender o que para eles é uma família e qual o sentido que eles estavam atribuindo para classificar se a mudança era positiva ou negativa, a análise se deu num movimento de relacionar as duas perguntas: o que é família e se houveram mudanças.

Portanto, estes trouxeram sobre os mais variados sentidos e significados tais como, o inconformismo das famílias de hoje, para Melifera as famílias eram mais organizadas e amigas ao passo que hoje são agitadas no sentido de que todos estão realizando múltiplas tarefas tanto pais quanto os filhos e não há mais como antigamente os momentos em família onde se ficavam horas conversando nas calçadas ou nas refeições, ou porque antes se passavam poucas horas longe de casa, diferentes da atualidade, onde toda a estrutura familiar mudou, desde as casa enormes que abrigavam muita gente e normalmente se realizavam mais tarefas em casas ou na casa dos vizinhos, atualmente se vive em pequenas casas ou apartamentos em cidades ou capitais no qual pela distância e acúmulo de afazeres normalmente a utilizam apenas para dormir e os membros muitas vezes não se veem diariamente pelos horários desencontrados.

A família antes era muito organizada, muito amiga (...). O que mudou era porque hoje as famílias são mais agitadas, não querem suportar tudo, num querem suportar nada. (MELIFERA, 81 anos).

Moenda traz que para ela a família é a base de apoio no presente e no futuro, mas atribuiu vários motivos para as mudanças ocorridas nesta, à violência urbana, relata que o seu bairro antes era um sítio e que se podia andar pelas ruas sem medo, mas que agora nem crianças ou adultos tem essa segurança; apontou também que hoje há um consumismo infantil gerando conflitos entre pais e crianças, e a terceirização da maternidade relacionado ao fato das mulheres estarem em duplas jornadas que além dos múltiplos trabalhos fazem universidades e especializações e as situações onde algumas

mulheres pós-maternidade voltam ao trabalho nos primeiros meses de nascido dos bebês.

Moenda: Essas mulher de hoje em dia são umas guerreiras também, porque você num já é formada e você num já trabalha, todas querem é isso aí, os meninos? Menino, elas não vão se empalhar com os meninos quase não, né não.

Entrevistadora: E os meninos ficam com quem?

Moenda: Os meninos? Nas coxas da sogra, nas coxas das tias.

(MOENDA, 76 anos).

Diante da família poder ser esta base de apoio, Vitorello (2011) afirma que nem sempre as funções parentais são exercidas pelo pai ou a mãe, mas esta função é partilhada pelos diversos membros da família, ou até estar vazia nas família onde os pais denotam aos filhos a posição de pais e os pais assumem a posição de filhos. Vemos que embora tenha sido pontuado em referência a dinâmica familiar atual, é um tipo de configuração que sempre existiu, como trazem os idosos em suas experiências onde haviam muitos filhos e os cuidados eram partilhados entre todos os membros, pois é desta forma, agindo em cooperação que a família pode se ajustar diante das adversidades em sua realidade.

Muitos trouxeram a relação que antes a família era mais unida e que hoje está faltando união pelo desrespeito entre pais e filhos. Fazendo-nos novamente refletir nesta percepção ambígua como estamos apontando, pois segundo eles antes as relações intrafamiliares era de submissão e dominação masculina, de onde se baseavam os valores e a moral, mas os idosos trazem o oposto desta perspectiva, para eles as famílias eram mais unidas, estruturadas e afetuosas atreladas ao fator da obedecerem aos pais pelo respeito, e apontam que hoje a falta de respeito é o que está tornando as famílias desunidas e desestruturadas, retomando ao ponto da ideia piagetiana sobre as relações de poder no modelo coercitivo, para estes senhores e senhoras o afeto era essa troca relacional de respeitar os pais acima de tudo como se isso fosse a única forma de retribuição afetiva que os filhos poderiam dar aos pais, porque não reconheciam que esta não era uma relação horizontalizada, tinham a falsa impressão de trocas, quanto na verdade era uma relação verticalizada e nesta perspectiva tem esse ponto, como falta de ajuste familiar atual, criticando e não reconhecendo como uma possível mudanças na estrutura familiar que estão permitindo relações parentais menos autoritárias e por conseguinte jovens que se colocam mais nas relações, não criticando essa visão deles,

uma vez que estas mudanças podem ser percebidas como atos de violência verbal dos filhos aos pais.

Sobre tais relações de poder e autoridade na família contemporânea, Romanelli (2000 apud ZANETTI; GOMES, 2014) afirma que dada a rapidez das mudanças na sociedade onde estas ao afetarem as relações familiares ocasiona que o saber vivido do pai é inadequado diante da atualidade, e ocorrendo o inverso onde os filhos passam a transmitir os conhecimentos aos pais enfraquecendo o modelo tradicional patriarcalista, pois segundo o autor os jovens deixam de se reconhecerem nos papéis de possuidores de deveres e se percebem como sujeitos de direitos. Sendo assim, muitos dos jovens na atualidade embora reconheçam a autoridade e hierarquia dos pais, se percebem no direito de questionarem tais imposições, uma vez que as regras não se aplicam nas mudanças da sociedade atual e gera na visão dos idosos a ideia de ser apenas um desrespeito, pois compreendem que os filhos devem obedecer os pais sem questionar. Como observamos a seguir,

Era bem unida, não havia o que há hoje em dia, era bem unida, obedecia os pais, eu só fazia o que meu pai quisesse e minha mãe, minha avó porque foi minha avó quem me criou, mas eu só fazia o que minha vó queria. (MOENDA, 76 anos).

Antes havia muito respeito por parte de todos, mas hoje em dia é uma das coisas que não está existindo nas famílias o respeito, antigamente era diferente de hoje em dia. (BROMÉLIA, 64 anos).

Os de hoje é uns menino veí que responde as mães num é, aí é filho matando pai, pai matando filho né, e atrás não tinha isso não, os filhos tudo obedecia as seus pais. (MERISTEMA, 84 anos).

Lins et al (2015) pontuam que mesmo diante das mudanças em sua configuração a família ainda é uma base fundamental para o indivíduo e para a sociedade, pois esta ainda é percebida como o local de acolhimento, educação, construção da identidade e singularidade pela identificação e diferenciação do indivíduo em relação aos seus membros e, portanto, também lugar de conflitos e desentendimentos nas diversas relações, sendo este um ambiente de viver experiências agradáveis e desagradáveis.

Quanto à divisão de papéis em relação ao gênero, houve uma mudança bastante significativa, todos trouxeram que os homens estão contribuindo com as tarefas domésticas, demonstrando tanto a presença da emancipação feminina nas famílias hoje, tema que será aprofundando no ponto a seguir, como essa mudança na atitude e pensamentos masculinos sobre o sentido da família, fruto de um movimento atual que

remete ao fato de perceber que ao pai não cabe ajudar nos afazeres domésticos, mas o de participar igualmente. Porém não podemos dizer que estamos em uma sociedade igualitária, mas reconhecemos um começo de efetivação do rompimento com a família patriarcal e o reconhecimento de que em sociedade as divisões de papéis não devem seguir o viés sentimental, orgânico ou moral, mas equânime.

4.4 MULHER NA ATUALIDADE

Quanto à mulher a avaliação foi a de que as mudanças ocorreram porque elas estão buscando seus direitos e ocupando os mais variados espaços pelo reconhecimento dos seus direitos igualitários em relação ao gênero e ao contrário do que se buscava inicialmente sobre uma culpa à mulher o colapso da família, eles não atribuem isso em nenhum momento, pelo contrário quando os questionávamos o fato delas estarem neste movimento emancipatório todos avaliaram como positivo e como um direito adquirido e justo. O que foi para nós uma surpresa já que estamos falando do contexto nordestino, onde o patriarcalismo e o machismo foram tão presentes na sociedade. Como percebemos nos recortes a seguir:

As mulheres estão muito evoluídas é cuidando das atividades do trabalho, é trabalhando é, procurando evoluir cada vez mais. (MELIFERA, 81 anos).

As mulher hoje tá bem diferente das de pra trás, as de hoje os direito que os home tem elas tem também né? E naquela época não tinha né? O homem saia e a mulher não podia sair a mulher ficava em casa, e hoje não os mesmos diretos que o home tem a mulher também tem.(AGRÁRIO, 73 anos).

Para fundamentar a discussão acerca do conceito de emancipação feminina, Betto (2001 apud ALVES & ALVES, 2013) afirma que emancipar-se, significa equiparar-se ao homem em direitos, sejam estes: jurídicos, políticos e econômicos. Significa também, libertar-se, onde este denota um querer ir mais adiante, no caso da mulher, evidenciando as condições de alteridade nas relações de gênero, com o objetivo de produzir mulheres autônomas e independentes. A emancipação feminina é, portanto, uma ação política das mulheres, que vai além de acesso igualitário de trabalho, pois engloba também o âmbito das relações afetivas e familiares, sendo estas esferas as que mais limitam a emancipação da mulher. (RIBAS, 2014). A emancipação feminina foi um ponto bem marcante nas falas dos entrevistados como estes exemplos:

As mulher hoje em dia que ser dona de si mesmo. (MANACIAL, 83 anos).

Já as mulheres de hoje querem mais ser valorizada e cada uma quer ter sua própria liberdade e não querem mais ser aquela escrava de antes graças a Deus que tudo mudou para melhor no país em que vivemos (...) mas hoje em dia está tudo mudado porque elas despertaram pra vida cada uma quer viver sua independência e quer lutar por seus próprios ideais. (BROMÉLIA, 64 anos).

Hoje em dia as mulheres são mais livres e independente. (MANIVA, 75 anos).

Em concordância ao que foi dito anteriormente Barbosa e Machado (2012, p. 93), pontuam que emancipar é “poder trilhar por caminhos próprios, ser plenamente capaz (de fato e de direito); é poder escolher entre ser ou não ser mãe e esposa; é partilhar direitos e deveres com os homens nas mesmas condições, sem o estigma do preconceito”. É nesta linha que procuramos abordar neste trabalho sobre a mulher conquistar seu espaço de forma igual aos dos homens, sem essa ideia de divisão de tarefas por características ditas masculinas ou femininas, mas que ambos são capazes de desempenhar eficientemente em todas as áreas quer sejam os homens nos afazeres domésticos sejam as mulheres gerenciando grandes empresas, como vistos na contemporaneidade nos lares. (JABLONSKI, 2010). Mas não acreditamos que para as mulheres ganharem seus espaços na sociedade e no mercado de trabalho e romper com as ideias preconceituosas e reducionistas não precisam ocupar o lugar dos homens, mas dividi-los de forma igualitário, sabendo que ainda são muito fortes as ideias machistas, sobretudo na nossa realidade do nordeste brasileiro.

Percebemos que ao se tratar da vivência das famílias na região do Nordeste, pela influência com a colonização, foram encontrados vários resquícios do patriarcalismo na cultura brasileira e, sobretudo a visão de uma mulher de total submissão aos pais e maridos. Ficou evidente não só o silêncio destas em relação ao sofrimento e violências com a submissão que era reforçada tanto pela família quanto pela sociedade, como a invisibilidade destas no social. Embora tragam a falta de submissão como fator de mudanças por distanciar as famílias na atualidade associou a continuidade deste processo de subjetivação das mulheres que não percebem como violação dos seus direitos enquanto sujeitos de desejos próprios e que não devem abrir mão deles por terceiros sem sua vontade. Embora tenha surgido a percepção de mudanças no papel da mulher na atualidade onde foram avaliações positivas, remetendo a uma aceitação desta inversão da submissão feminina. Parece ambíguo, mas em se tratando de subjetividade, esta é mutável, pois é atravessada pela cultura e sociedades da época, numa relação

dialética, algumas pessoas transformam suas realidades e esta realidade modificam à elas e aos demais de formas diferentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como a família, a concepção de mulher é uma construção sócio-histórica, por isso sempre haverá modificações e percepções que estarão atravessadas por tais contextos, por isso delimitamos um olhar sobre a mulher nordestina por ser uma realidade próxima a nossa e pelas particularidades de suas vivências atravessadas pela cultura, crenças e costumes pós-colonização e mudanças na sociedade contemporânea como as que surgiram na vivência dos idosos sobre o contexto familiar e social no meio rural que evidenciou a questão da invisibilidade da mulher no contexto da sociedade agrícola.

Ficou bastante evidente o quanto o papel da mulher na família é importante e o quanto é mais amplo do que ser esposa e mãe, pois embora não tenha o reconhecimento disto, é mencionado o quanto foi fundamental para a manutenção da família o trabalho desta dentro e fora de casa, não apenas como uma ajuda como é percebido socialmente, mas exercendo o papel dela de ser uma provedora do lar igualmente ao papel do homem, e, sobretudo o de que as mulheres precisaram embora tivessem o discurso de submissão, romper com este, ao realizarem atividades laborais para garantir a provisão financeira que era de total responsabilidade masculina por identificar mesmo que não conscientemente sua possibilidade de fazê-lo.

Constatamos que enquanto sociedade e refletindo na literatura não encontramos menções às mulheres negras, somente em livros e textos específicos da temática e menção à família nordestina nos textos sobre a família do Brasil Colônia, uma vez que na literatura só há a caracterização das famílias nobres europeias, a história das pessoas às quais representamos neste trabalho não estão em evidência, apenas se menciona sua existência sem se deter nas suas perspectivas e histórias de vidas, tais como se aplica ao termo da invisibilidade social, pessoas marginalizadas na sociedade a qual faz parte. Por isso sugerimos novos estudos que possam compreender as vivências destas mulheres e reconhecer sua importância histórica e social.

Ficou bastante evidente o quando as ideias de submissão impostas pela sociedade foram incorporadas pelas mulheres como única forma de ser em seu papel na sociedade e como elas repassavam tais ensinamentos para as mulheres das gerações

futuras, uma vez que esta é uma forma de aceitação pacífica das geração atuais ao receberem tais ideias de submissão das pessoas que lhe são superiores e exemplos de vida, diante disto sugerimos também novos estudos sobre este fenômeno da mudança na concepção de família, e como isso pode estar influenciando nas relações familiares, como ficou evidente que os jovens de hoje estão diferente de quando tais idosos eram jovens, como forma de tentar compreender e orientar a relação entre estes e minimizar tais conflitos.

Apesar de algumas idosas trazerem a ideia da manutenção do comportamento de submissão como fator necessário à harmonia da família estão havendo mudanças no papel da mulher em sociedade e de que estas mudanças não são vistas como um colapso da família, mas uma capacidade das mulheres de se desenvolverem de forma emancipatória e autônomas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Kariana da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. In: IV Seminário CETROS Neodesenvolvimento, Trabalho e questão Social. **Anais**. Fortaleza: UECE, 2013. Disponível: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf acesso: 09 abr. 2019.

ALVES, Roosenberg Rodrigues. Família Patriarcal e nuclear: conceito, características e transformações. In: II Seminário de pesquisa da Pós Graduação em História UFG/UCG. **Anais**. Goiânia: UFG, 2009. Disponível: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf Acesso: 11 nov. 2019.

AZEVEDO, Ana Karina Silva; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Era uma vez uma história sem história: pensando o ser mulher no Nordeste. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**. São João Del-Rei, v. 14, n.2, p. 1-14, abr/jun, 2019. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000200011 Acesso: 30 nov. 2019.

BARBOSA, Erivaldo Moreira; MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise jurídica, política e educacional. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 45, p. 89-100, mar 2012. Disponível: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hnmQeeWnzSQJ:www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/art07_45.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso: 31 ago.2019.

BARBOSA, Milka Alves Correia et al. Mulheres e Patriarcado: dependência e submissão nas casad e farinha do Agreste Alagoano. **XXXV Encontro da ANPAD**.

Rio de Janeiro, set. 2011. Disponível: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1463.pdf>
Acesso: 12 set. 2019.

BRASÍLIA. Lei Maria da Penha (2006). Lei Maria da Penha e legislação correlata. (2011). Disponível:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496319/000925795.pdf> Acesso: 06 nov. 2019.

CELEGUIM, Cristiane Regina Jorge; ROESLER, Heloísa Maria Kichl Noronha. A invisibilidade social no âmbito do trabalho. **Revista Científica da Faculdade das Américas**. São Paulo, n. 01, Ano III. 2009. Disponível:
<http://docplayer.com.br/18935497-A-invisibilidade-social-no-ambito-do-trabalho.html>
Acesso: 31 out. 2019.

COUTINHO, Sabrine Mantuan dos Santos; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Representações Sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional. **Psicologia e saber**. Rio de Janeiro, n.4, v.1. 2015. Disponível:
https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xkYZ6L7_J6MJ:https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/download//12962+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso: 03 nov, 2019.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Sexualidade, cristianismo e poder. **Estudos e pesquisa em psicologia**. Rio de Janeiro, vol.10 no.3 dez. 2010. Disponível:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000300005 Acesso: 03 set. 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOURA, Lenise Marinho Mendes; SILVA, Pollyanna Gonçalves da; MACHADO, Joana de Moraes Souza. **A violência Patrimonial no âmbito da Lei Maria da Penha**. DUARTE JÚNIOR,Alonso Pereira; LIMA, Alexandre Augusto Batista de; MACHADO, Joana de Moraes Souza (org). Diálogos interdisciplinares no direito: volume 2 [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. Disponível:
<http://me.precog.com.br/bc-texto/obras/2019-pack-065.pdf#page=161> Acesso: 10 dez. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução á pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Conscientização**. [livro eletrônico]. Tradução Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2018. Disponível:
https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=aIdjDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=o+oprimido+n%C3%A3o+percebe+paulo+freire+artigo+cientifico&ots=oSiM6GV6T3&sig=2EEE2d3S3_KWgBPVQoeENzGLJPw#v=onepage&q&f=false Acesso: 03 nov. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LA TAILLER, Yves de. **O lugar de interação social na concepção de Jean Piaget.** In: Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LÉVI-STRAUSS Claude. A família. In. SHAPIRO, L. HARRY. **Homem, cultura e sociedade.** [tradução G. Robert Coracy, Joanna D. Coracy, Margarida Maria C. Oliva] 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

IOP, Elizandra. Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 231-250, jul./dez. 2009. Disponível: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:KvShX5_I9XMJ:scholar.google.com/+mulher+na+sociedade+ntiga,+media+e+contemporanea&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_ylo=2009&as_yhi=2019 Acesso: 12 set. 2019.

JABLOSKI, Bernardo. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia, Ciência e Profissão.** Brasília, v. 30, n. 02, p. 262-275, 2010. Disponível: <https://docplayer.com.br/17789956-A-divisao-de-tarefas-domesticas-entre-homens-e-mulheres-no-cotidiano-do-casamento-1.html> Acesso: 19 mar. 2019.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade.** São Paulo, v. 18, n.4, out/dez. 2009. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000400016 Acesso: 04 nov. 2019.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

LINS, Zoraide Margaret Bezerra et al. O papel dos pais e as influências externas na educação dos filhos. **Revista da SPAGESP.** Ribeirão Preto, v. 16, n.01, 2015. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100005 Acesso: 10 dez. 2019.

MARTINS, Mônica Barroso. Violência Silenciada: violência física e psicológica contra idosos no contexto familiar. [Dissertação] Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2012. Disponível: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3241/1/Monica.pdf> Acesso: 07 nov. 2019.

MÉLLO, R.P.; Silva, A.A.; LIMA, M.L.C.; Di PAOLO, A.F. “Construcionismo, Práticas Discursivas e possibilidades de pesquisa. **Psicologia & Sociedade**; Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 26-32, 2007. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300005 Acesso: 10 nov. 2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; TAVANTI, Roberth Miniguine; PEREIRA, Camila Claudino Quina. O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In. Mary Jane Paris Spink col. **A produção de informação na**

pesquisa social:compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais, 2014. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/blogdabc/a-producao-de-informacao-na-pesquisa/> Acesso: 27 out. 2019.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais.** Rio de Janeiro, BNDES 2006. 3ª Ed. Disponível: https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/arquivos/glossrio_bndes_textodoc_46.pdf Acesso: 24 out. 2019.

PEREIRA, Matheus da Rosa. **Representatividade de gênero e raça nos anúncios da revista veja.** Monografia (Bacharel em Publicidade e Propaganda) - Faculdade de Artes e Comunicação, Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul 2017. Disponível: <http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/1046/1/PF2017Matheus%20da%20Rosa%20Pereira.pdf> Acesso em: 31 out. 2019.

PIRES, Flávia F. crescendo em catingueira: criança, família e organização social no semiárido nordestino. **Mana.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 6539-561, 2012. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n3/a05v18n3.pdf> Acesso: 06 nov. 2019.

RIBAS, Ana Cláudia. “A questão feminina” nas páginas Libertárias: propaganda e emancipação feminina nas páginas do jornal anarquista *A Plebe* (1917-1935). In: XV Encontro Estadual da História “1964-2014 – Memórias, Testemunho e Estado”. **Anais...** Florianópolis, UFSC: 2014. Disponível: http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405449442_ARQUIVO_QuestaoFemininaAnaClaudiaRibas.pdf Acesso: 09 abr. 2019.

SILVA, Lídia Ester Lopes; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciência e Saúde Coletiva.** São Paulo, v. 20, n. 11, p. 3523-3532, nov. 2015. Disponível: <https://www.scielosp.org/article/csc/2015.v20n11/3523-3532/pt/> Acesso: 06 nov. 2019.

SILVA, Luciane Lemos.; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface,** v. 11, n. 21, p. 93-103, 2007. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100009 Acesso: 11 nov. 2019.

SPINK, MARY Jane. **Linguagem e produção de sentido no cotidiano.** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edlstein de Pesquisa Sociais, 2010. 72 p. Disponível: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:g5yTZXIUOu8J:https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso: 26 out. 2019.

SOUZA, Márcio Ferreira, Gilberto Freyre e a representação feminina na introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. **Sociais e Humanas.** Santa Maria, v. 24, n. 02, jul/dez, 2011, p. 88 – 100. Disponível: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2858/2856> Acesso: 11 nov. de 2019.

VITORELLO, Márcia Aparecida. Família contemporânea e as funções parentais: há nela um ato de amor? **Psicologia da Educação**. São Paulo, n. 32, jun, 2011. Disponível: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100002 Acesso: 10 dez. 2019.

ZANETTI, Sandra Aparecida Serra; GOMES, Isabel Cristina. Relação entre funções parentais e o comportamento de crianças pré-escolares. **Boletim de Psicologia**. São Paulo, v. 64, n. 140, jun. 2014. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432014000100002 Acesso: 10 dez. 2019.